

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-RO

REFLECTIONS ABOUT RURAL EDUCATION: A STUDY IN THE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-RO MUNICIPALITY

Diana da Silva Ribeiro 1

Eulina Maria Leite Nogueira 2

Resumo: Este estudo faz parte da dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O trabalho traz contribuições relevantes sobre a educação do campo no município de São Francisco do Guaporé, localizado na Amazônia ocidental brasileira. A metodologia da pesquisa está pautada no método do Materialismo Histórico Dialético. Com a pesquisa bibliográfica foi possível constatar que o Estado de Rondônia possui uma perspectiva de educação para os povos do campo centrada no paradigma da educação rural e que essa educação é resultado do processo histórico em que se constituiu a educação no Brasil, desde a colonização. Ainda, os dados obtidos na pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Educação do município de São Francisco do Guaporé, confirmam que o município está com uma proposta de educação centrada na mesma visão do Estado, ou seja, uma política de educação que precisa ser transformada, para que possa, de fato, assegurar o direito a educação do campo em uma região cuja presença de povos e comunidades tradicionais é significativa.

Palavras-chave: Educação. Educação do Campo. Amazônia. Política de Educação. Comunidades Tradicionais.

Abstract: This study is part of the Master's program thesis in Science and Humanities Teaching at the Institute of Education, Agriculture and Environment, at the Federal University of Amazonas (UFAM). The work brings relevant contributions about rural education in the municipality of São Francisco do Guaporé, located in the western Brazilian Amazon region. The research methodology is based about the method of Dialectical Historical Materialism. With the bibliographic research it was possible to verify that the State of Rondônia has a perspective of education for the people of the countryside centered in the paradigm of the rural education and this education is result of the historical process in which the education in Brazil was constituted, since the colonization. Still, the data obtained in the field research at the Municipal Secretary of Education of the municipality of São Francisco do Guaporé, confirm that the municipality has an education proposal centered on the same vision of the State, in other words, an education policy that needs be transformed, so that it can, actually, ensure the right to education in the countryside in a region where the presence of traditional peoples and communities is significant.

Keywords: Education. Countryside Education. Amazon Eegion. Education Policy. Traditional Communities.

- 1 Doutoranda em Educação (UFAM). Mestra em Ensino de Ciências e Humanidades (UFAM). Graduada em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Claretiano. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1949757799062104>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7938-2467>. E-mail: dianadasr@hotmail.com
- 2 Doutora em Educação (currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestra em Educação (UFAM). Graduada em Licenciatura em Estudos Sociais, História e em Pedagogia (UFAM). Professora na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7518673342621764>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>. E-mail: eulinanog@hotmail.com

Introdução

O artigo em questão teve como objetivo analisar a educação do campo no município de São Francisco do Guaporé. Esse município fica localizado no interior do Estado de Rondônia, em um território que abriga diversas comunidades tradicionais na Amazônia ocidental. Como problema de pesquisa elencou-se o seguinte: Como ocorre a educação para os povos do campo de São Francisco do Guaporé?

Para alcançar o objetivo geral, bem como responder ao problema de pesquisa, inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre a educação do campo em Rondônia. Depois, definido a temática, foi realizada a pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Educação do município pesquisado.

Metodologia

A metodologia foi fundamental neste trabalho acadêmico-científico, norteou todas as etapas de desenvolvimento da proposta de pesquisa. Nesse sentido, optamos por uma pesquisa de cunho qualitativa, para melhor compreender os fenômenos sociais. Durante todo período da pesquisa utilizamos a pesquisa bibliográfica, pois o estudo aprofundado sobre questões relacionadas com a temática tornou-se imprescindível para a compreensão do problema de pesquisa, bem como, suas análises.

Foi realizada no ano de 2021, uma pesquisa de campo na Secretaria de Educação do Município de São Francisco do Guaporé. O intuito de ir a *locus*, foi solicitar da secretaria dados sobre a educação do campo no município. Assim, o pedido foi atendido e obteve-se os dados solicitados.

Quanto as análises, o método utilizado ao longo da dissertação foi o Materialismo Histórico Dialético, que norteou ainda a metodologia de análise dados, em que foram definidas categorias de análise. Lukács (1978) apud Silva (2019 p.35) aponta que “a essência das categorias no método materialista histórico dialético correspondem ao reflexo da realidade, que deve ser confirmado na práxis humana, para se tornarem categorias lógicas.” Ou seja, o materialismo histórico considera todos os aspectos da vida do homem em sociedade, procurando localizar o objeto de pesquisa numa realidade de tempo-espaço, numa proposta de construção da realidade vivida dentro dos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais de determinado grupo humano.

Na educação, o materialismo histórico dialético proporciona a compreensão de fenômenos educacionais, sendo um método importante nesse segmento por possibilitar fazer análises dos modelos educacionais até então existentes, na perspectiva crítica do conhecimento, percebendo como as forças do capital também atuam em sala de aula, na formação do pensamento humano, voltado para os interesses da sociedade capitalista. Por outro lado, a consciência crítica, possibilita a inserção de novos modelos educacionais, métodos de ensino, fazendo surgir novas propostas, a partir da contradição. Assim, se percebe o movimento do pensamento, a divergência entre os diversos pontos de vista, o que chamamos de dialética dentro de uma perspectiva marxista.

Para Gadoti (1990, p.15), o que deu origem a dialética é o seu movimento, a transformação, porque considera que todas as coisas estão em movimento, conexas com as outras. As suas origens remontam à Grécia antiga, expressando um modo de argumentar que consistia em perceber as contradições contidas na fala do adversário, fazendo então uma análise. Com esta análise, se nega a validade de argumentação, que é superada, por sua vez, por uma síntese. Nesse sentido, Sócrates é notoriamente considerado o maior dialético da Grécia antiga. Contudo, a dialética é anterior a ele mesmo, sendo que Lao Tsé é considerado o autor da dialética, porque incorporou à sua doutrina, fundando-a no princípio da contradição. Contudo,

É apenas com Marx e Engels que a dialética adquire um status filosófico (o materialismo dialético) e científico (o materialismo histórico). Marx substitui o idealismo de Hegel por um realismo materialista: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que

correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (GADOTTI, 1990, p.19).

Nessa perspectiva, a vida material adquire um caráter fundamental, sendo que irá determinar toda estrutura política, social, econômica, todas as relações que se constroem nas sociedades humanas. Na teoria de Marx, é o ser social que determina a sua própria concepção de mundo, a sua consciência e ação. Por isso, que é em Marx que a Dialética vai existir como um método científico, porque é quem vai substituir o idealismo proposto por Hegel, que é senão o mundo espiritual. Marx substitui pela matéria e a dialética nessa concepção, perpassa tanto o mundo exterior, como da consciência, o pensamento dos homens, portanto rege as leis gerais do movimento.

O Materialismo Histórico Dialético referenciado em Marx constitui-se em uma das ferramentas que consideramos das mais potentes para a formação humana em geral, sobretudo, para a formação da classe trabalhadora, de igual modo para a formação de educadores do campo, aqueles que atuam ou que pretendem atuar na educação da classe trabalhadora camponesa. Além de mediação para interpretar a complexa realidade, o materialismo histórico dialético se torna imprescindível para transformar a realidade sob outras bases, sem a exploração humana, como se propõem a desenvolver os que lutam pelo direito à terra, à justiça social, por emancipação humana, ou seja, por uma sociabilidade sem classes, sem desigualdades sociais (BEGNAMI, 2019 p.40).

Assim, esse método foi importante para o desenvolvimento deste trabalho, pois, a teoria e o método no Materialismo Histórico Dialético constituem uma unidade metodológica. Essa unidade fornece base para pesquisas em educação, propiciando a análise crítica do objeto de estudo.

Educação do campo em Rondônia

A educação do campo no Brasil está relacionada com o processo histórico de formação da sociedade brasileira, pensada na visão colonialista em que se trazia a nomenclatura de educação rural. Com a participação dos sujeitos do campo na construção de novas propostas e reivindicação de políticas públicas foi possível mudar esta realidade educacional no contexto camponês, assim “a educação do campo passa a ser resultado de um processo coletivo, no qual a política pública é compreendida a partir de uma concepção dialética” (BICALHO; MACEDO; RODRIGUES, 2020 p. 24).

A luta de classes mostra os antagonismos entre a proposta da educação burguesa e a educação pensada pelos movimentos sociais e vários sujeitos sociais. Na sociedade capitalista em que há divisão de classes, os ideais são diferentes, porque geram políticas de acordo com seus interesses. As classes dominantes, como a classe burguesa, se opõem aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Daí, a luta de classes faz com que esses trabalhadores somem esforços para buscar alternativas de emancipação, buscando formas de enfrentamento e superação do modelo do capital.

Na atualidade, ainda se apresentam várias problemáticas do passado, políticas ligadas ao capital, que utilizam metodologias inapropriadas para a realidade da educação do campo no país, como a educação bancária, “instrumento da opressão, já que o que pretende é a manutenção de uma realidade de subalternização através da inculcação do fatalismo e da submissão dos educandos” (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019 p.18).

Durante a pesquisa realizada, os resultados apontaram que o Estado de Rondônia tem sido omisso com as populações do campo, sendo que “a educação no interior de Rondônia opta por um modelo pensado para o público urbano, não levando em consideração as características

socioeconômicas e culturais fundadas na agricultura familiar, constituidora da grande maioria dos camponeses” (VALADÃO, 2018, p.71). Embora a região se constituiu por uma grande maioria de camponeses, trabalhadores e trabalhadoras residentes em contextos agrícolas, há a ausência do estado com relação a educação do campo, que não é pensada a partir da realidade dos povos que a compõem, ficando às margens das políticas públicas e sociais.

Os números da educação para os sujeitos do campo em Rondônia– quando esta existe – mostram que não se pode caracterizá-la como uma Educação do Campo, produtora de identidades camponesas, pois não reconhece o povo do campo, o agricultor, como sujeito de sua própria educação, de sua própria pedagogia (VALADÃO, 2018, p. 71).

Nesse sentido, considera-se que a educação do e no campo só pode ser mencionada desta forma, quando permite a emancipação dos sujeitos do campo, quando acontece de forma interligada com os seus saberes, culturas, identidades e produz vida no campo, colocando este sujeito como importante, desconstruindo a ideia de que o seu lugar de origem não produz conhecimentos. É uma educação que deve ser articulada, pensada, e gestada tanto no espaço em que vivem estes sujeitos, como também deve partir da realidade do campo, de tudo o que ao seu entorno existe de saberes e significados.

Além de não haver uma política que preveja uma mudança, cumprindo os ditames legais de uma educação rural para a Educação do Campo no Estado, as prefeituras ainda fecharam as escolinhas multisseriadas e adotaram o processo de nucleação, conforme previsto na Resolução 02 de 2008 (CNE/CEB), que em seu artigo 3º inciso 1º afirma que os anos iniciais do Ensino Fundamental poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos (VALADÃO, 2018, p.72).

Percebe-se que em Rondônia há um processo histórico de negação do direito a educação do campo, sendo que atualmente, o governo do Estado tem defendido a mediação tecnológica nas escolas do campo. Essa proposta não contribui para a formação dos sujeitos que vivem no e do campo, promove as injustiças, deixando essas pessoas sem alternativas educacionais para a sua realidade.

O Governo do Estado de Rondônia, por meio da subgerência da Secretaria Estadual de Educação, acredita que encontrou a saída para a educação em Nível Médio para os jovens do campo via educação à distância, mediante videoconferências. Sancionado pelo governador do estado em julho de 2016, o Projeto Lei nº 3.84638 instituiu o Ensino Médio com Mediação Tecnológica, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (VALADÃO, 2018, p.73).

A mediação tecnológica nas escolas do campo não atende a realidade em que vivem os estudantes e, gera profundas desigualdades, evasão escolar, desmotivação dos alunos. É uma proposta excludente, que não serve para solucionar as problemáticas da educação do campo em Rondônia, pois é uma falsa alternativa que parte da lógica do Estado, colonialista, em que não existe o diálogo com lideranças camponesas, para se pensar novas políticas educacionais a partir da realidade desses sujeitos.

Sendo assim, a educação do Campo no Estado de Rondônia não está dissociada do processo de colonização sob o qual esse Estado foi sendo constituído na Amazônia brasileira. Mesmo com a significativa presença de agricultores familiares, estes têm sido inferiorizado pela ausência de políticas públicas, principalmente educacionais, que lhe permitam viver com dignidade a sua diferença” (VALADÃO, 2018, p.77). Nota-se que em Rondônia o modelo educacional se assemelha ao urbano, uma educação que não está acontecendo nos espaços que precisa estar, seja nas

periferias ou no campo, é um modelo que não integra os diferentes espaços.

A educação não acontece no abstrato. Ela acontece num determinado lugar, num determinado território. Territórios realçam as diferentes dimensões e características do espaço com suas múltiplas identidades (sociais, ambientais, culturais, econômicas, etc.), dimensões que criam um sentimento de pertencimento a uma comunidade de iguais. A educação precisa ser pensada não apenas ao interior do espaço escolar, mas nos territórios da cidade, dos municípios, para além da sala de aula, pensando a educação no contexto dos novos espaços, sejam eles metropolitanos ou não, das periferias, do campo, etc. A cidade por suas práticas culturais, é também educadora. E a escola sobretudo quando pratica a integralidade como princípio educativo, passa a integrar a cidade no seu currículo. Passa a construir uma pedagogia da cidade, unindo cidade/campo, escola/cidade, as lutas do campo com as lutas da cidade. A cidade deve ser considerada como um território ampliado da escola, o que acontece quando a educação é verdadeiramente integral. É no território da cidade (e do campo) que construímos nossas identidades e subjetividades. O território das cidades é também o território da diversidade, da multiplicidade de discursos (GADOTII, 2019, p. 61-62).

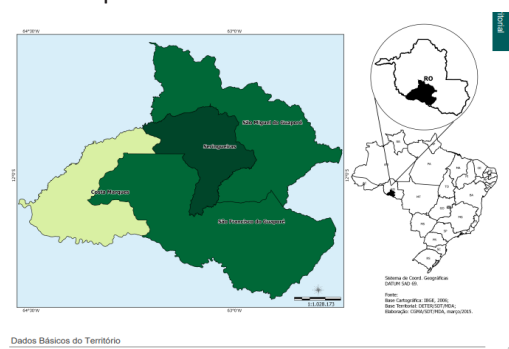
Nesse sentido, a educação deve contribuir no espaço que esteja situada, para compreender e promover os diferentes saberes, linguagens, em que habitam os sujeitos da educação, sem promover desigualdades. A educação precisa ser plural, uma educação integral, emancipadora, contextualizada, que tenha o olhar para a história e cultura, do campo e da cidade, pensada para os diferentes espaços, interligando a sua ação com os saberes vividos.

Educação do campo no município de São Francisco do Guaporé

Considerando as discussões propostas até o momento, foi feita uma pesquisa em um município específico do Estado de Rondônia, denominado São Francisco do Guaporé, situado no território de identidade Vale do Guaporé. Tendo a sua população estimada em 2021 no total de 21.088 (vinte e um mil e oitenta e oito pessoas), pelos dados do IBGE.

O Vale do Guaporé é composto por ribeirinhos, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, pescadores. Essa identidade regional é formada com a criação do Território Federal do Guaporé, em 1943 pelo presidente do Brasil: Getúlio Vargas. Atualmente a região denominada de Vale do Guaporé é composta por quatro municípios: Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, conforme apresentado abaixo.

Figura 1. Mapa do Vale do Guaporé-RO



Fonte: Caderno Territorial (2015).

A ocupação do Estado de Rondônia tem vestígios no período colonial, entre o final do século XVII, com as missões jesuíticas na amazônia. Com a descoberta de riquezas, matérias prima e o ouro, despertam-se interesses de exploração e colonização da região. Em meio a tensões, no século XVIII, como forma de manter o domínio e poderio sob as margens do Rio Guaporé e afastar os espanhóis que demonstravam interesse em explorar a região, em busca de riquezas, os portugueses executaram o projeto de construção do Real Forte Príncipe da Beira, localizado na margem direita do rio Guaporé, no município de Costa Marques/RO, tendo sua inauguração em 20 de agosto de 1783, sendo construído por muitas pessoas e isso inclui o trabalho escravo, momento que negros e indígenas foram utilizados como mão-de-obra.

Figura 2. Real Forte Príncipe da Beira



Fonte: RIBEIRO (2021).

Ainda hoje, em Costa Marques, existe a presença e a memória histórica das comunidades remanescentes de quilombolas que buscam frente às lutas atuais, manterem viva a identidade e cultura de seus ancestrais.

As comunidades Forte Príncipe da Beira e Santa Fé pertencem ao Município de Costa Marques e estão fixadas na porção oeste do Estado de Rondônia, fronteira com a República da Bolívia. A mata que contorna todo o local oferece a caça e o extrativismo. Durante as caçadas opera o simbólico amazônico do Pai da Mata e outros mitos. Neste espaço, as comunidades buscam uma reorganização diante da interface das políticas de territorialização e identidade cultural. O Rio Guaporé agrega aos valores da pesca valores históricos de escritas desconhecidas, esculpidas nas pedras nas margens do rio e artefatos indígenas que aparecem na areia, quando as águas baixam, época da estiagem em Rondônia, assim além do alimento o rio é o caminho que também favorece a permanência do simbólico no imaginário coletivo [...] (MONTEIRO, 2013, p.57).

Sposito (2009, p.11) apud Ferreira (2014, p.113) considera que a “territorialidade designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano”. Nessa perspectiva, podemos dizer que os que vivem as margens do Rio Guaporé dão valor singular ao território, ali depositando suas vidas e suas relações mais profundas, de trabalho, nos laços familiares, na relação com a natureza, com o sagrado e, que essa característica, ou seja, esse modo de inter-relacionar-se é que faz com que esse território tenha a sua identidade, num processo dialético, de contradições, conflitos e materialidade histórica da vida.

Com a chegada dos portugueses e, conseqüentemente a construção do Real Forte Príncipe da Beira é determinada esta ocupação/colonização portuguesa na região. Assim, o Vale do Guaporé

remonta ao mais antigo vestígio de colonização no Estado de Rondônia e nas margens desse rio são construídas as relações das comunidades tradicionais, a cultura e o alimento dos ribeirinhos e isso envolve todo o universo simbólico dessas comunidades.

A exploração de minas de ouro em Cuiabá e as lavras no vale do Guaporé têm estreita ligação com os primeiros passos da ocupação colonial na região, pois, o interesse econômico estimulou a Coroa portuguesa à rápida fundação de núcleos populacionais naquelas paragens no entorno de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da capitania de Mato Grosso. A descoberta das lavras no Guaporé exigia mão-de-obra abundante, fator que influenciava o comércio e o povoamento na região. A fim de preservar as riquezas e o território, que no século XVIII ainda não contava com uma linha fronteira, definitivamente firmada entre as Coroas espanhola e portuguesa, o avanço luso-brasileiro, que objetivava consolidar ocupação no entorno das minas, a partir de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade as cercanias do rio Guaporé, se consolidou por meio da construção do Forte Príncipe da Beira (GOMES, 2019).

Após a contextualização do *locus* de pesquisa, apresentamos os dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação do município de São Francisco do Guaporé, estruturado a seguir o relatório em quadros:

Quadro 1. Relatório SEMEC/2021- Educação Infantil

Escolas Municipais	Educação Infantil						
	Creche					Pré	
	Berç.I	Mater.I	Berç.II	Mater.II	Creche IV	Pré I	Pré II
E.M.E.F Euclides da Cunha							3
E.M.E.F Tiradentes						1	2
E.M.E.Pré e Fund. Senador						67	115
C.E. Creche Mun. Olaiza da Cruz	1	61	20	16	12		
C.E.M.E.I. e F. Regina Almeida De						51	35
C.E.M.E.F Clodoaldo Splicigo						8	10
E.P.M.E.I.F Pereira e Cáceres						21	20
E.P.M.E.F.M Neusa de Oliveira						27	41
Total	1	61	20	16	12	175	226
Total Modalidade	110					401	
Total Curso	511						

Elaboração: RIBEIRO (2021).

Fonte: Semec – São Francisco do Guaporé (2021).

Com relação a educação infantil no município de São Francisco do Guaporé, nota-se que há o atendimento de 511 alunos, mas a maioria está centrada na pré-escola e não na creche. Então, existe pouca oferta de creche e algumas ofertas de matrícula para crianças da pré-escola ainda é muito incipiente. Exige mais disponibilização do município para ofertar a creche, porque a educação infantil é muito importante para dar acesso ao ensino fundamental. Pode-se constatar pelo quadro um número ínfimo de oferta de vagas para alunos de 0 a 3 anos que corresponde a creche e apenas um número para educação infantil. No entanto, sabemos que existe a lei Federal nº 13.306 de 04 de julho de 2016, que prevê o atendimento na creche e na pré-escola para as crianças de 0 a 5 anos de idade. Além disso, a Constituição Federal também ressalta o atendimento nessa modalidade.

“A creche centrada na criança, como sujeito de educação, expressa em seu objetivo educacional a importância da infância para o desenvolvimento do ser humano, reconhecendo a amplitude do seu espaço educativo, aberto a todas as crianças.” (ANDRADE, 2010, p.92) Além disso, a creche tem um objetivo social e político, por dar suporte as mulheres em sua função materna e

reconhecer a criança como cidadã desde o seu nascimento.

Da mesma forma, o ensino fundamental também é muito importante, conforme irá mostrar o quadro 2.

Quadro 2. Relatório SEMEC/2021- Ensino Fundamental

Escolas Municipais	Ensino Fundamental								
	Ensino Regular de 1º a 5º Ano					Ensino Regular de 6º a 9º Ano			
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
E.M.E.F Euclides da Cunha	2	1		4	1				
E.M.E.F Tiradentes			1	1	1	1	6		1
E.M.E.Pré e Fund. Senador	115	89	122	126	73				
C.E.M.E.I. e F. Regina Almeida De	37	37	41	62	134	80			
C.E.M.E.F Clodoaldo Splicigo	15	6	9	19	21	15	16	23	20
E.P.M.E.I.F Pereira e Cáceres	29	15	17	17	26	23	31	53	21
E.P.M.E.F.M Neusa de Oliveira	49	23	27	52	49	52	46	57	49
Total	247	171	217	281	305	171	99	133	91
Total Modalidade	1221					91			
Total Curso	1624					91			

Elaboração: Ribeiro (2021).

Fonte: Semec – São Francisco do Guaporé (2021)

O quadro possibilita identificar como se desenvolve a oferta do ensino fundamental no Município de São Francisco do Guaporé, em que existe o maior número de matrículas nas Escolas: E.M.E.Pré e Fund. Senador e C.E.M.E.I. e F. Regina Almeida De, enquanto que nas Escolas: Euclides da Cunha (localizada na Comunidade Quilombola de Pedras Negras) e Escola Tiradentes (Comunidade Quilombola de Santo Antônio), concentram o menor número em relação as demais, evidenciando um atendimento mínimo. Isso é extremamente preocupante, considerando que existe um número muito reduzido de alunos na segunda etapa do Ensino Fundamental, evidenciando um descompasso na oferta e permanência de alunos na escola nessa etapa da educação básica.

Quadro 3. Relatório total de alunos em 2021- SEDUC

Escolas Estaduais	Estudantes	Atendimento
E.E.E.F.M Campos Sales	1003	Regular Ensino Fundamental e Ensino Médio
E.E.E.F.M Marcilene Carvalho Ricardo	461	Regular Ensino Fundamental
CEEJA Sílvio Viana Louro	264	Modular/Semestral/ Provões/Prisional
E.I.E.E.F Iria dos Reis Freitas	33	Regular Ensino Fundamental

Elaboração: RIBEIRO (2021).

Fonte: Seduc – São Francisco do Guaporé (2021).

No quadro 3 consta o relatório total de estudantes nas Escolas estaduais, em que evidenciamos a Escola Indígena Estadual Iria dos Reis Freitas, localizada no distrito de Porto Murinho, que inicialmente ofertava o ensino fundamental e ensino médio por meio da mediação tecnológica. Na atualidade apresenta uma problemática, com o fechamento do ensino médio, atendendo apenas o ensino fundamental. Isso mostra que essa população está sendo atendida em

apenas uma modalidade da educação e nos traz alguns questionamentos sobre a oferta do ensino médio para os jovens da comunidade. Fica evidente no quadro ausências de políticas voltadas para a educação indígena nesta localidade.

Quadro 4. Relatório total de alunos em 2021-SEDUC

Escolas Pólos da E.E.F.M Campos Sales	Ensino Regular de 6º a 9º Ano				Regular- Ensino Médio por Mediação Tecnológica		
	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9ºAno	1º Ano	2º Ano	3º Ano
- Pereira e Cáceres					29	27	27
- Neuza de Oliveira Bravin					31	42	28
- Clodoaldo Splícigo					15	24	14
- Tiradentes						3	6
-Euclides da Cunha	1	2	1	2			1

Elaboração: RIBEIRO (2021).

Fonte: Seduc- São Francisco do Guaporé (2021).

Por fim, o quadro 4 possibilita identificar que há um processo educacional em curso, de nucleação das escolas rurais no município de São Francisco do Guaporé-RO, uma política de educação municipal em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, sendo que a escola nucleada é a E.E.F.M Campos Sales, em que foram agrupadas as escolas: Pereira e Cáceres, Neuza de Oliveira Bravin, Clodoaldo Splícigo, Tiradentes, Euclides da Cunha; escolas municipais situadas em áreas rurais, em que a oferta do ensino fundamental é de incubência do município, enquanto que o ensino médio por meio da mediação tecnológica ocorre no âmbito da Secretaria Estadual de Educação. Conforme Rodrigues *et al.* (2017, p.710) “[...] a nucleação das escolas do campo e o deslocamento para escolas distantes da sua comunidade desvinculam os sujeitos da sua forma de viver e da sua cultura, ou seja, de suas raízes”.

Considera-se que em São Francisco do Guaporé a lógica educacional é a mesma do Estado de Rondônia, com a implementação da mediação tecnológica nas escolas de difícil acesso, cujo modelo educacional é o urbano, em que não há diferenciação curricular para o ensino dos que vivem no/do campo. Essa proposta de educação realizada pelo Estado de Rondônia está centrada no paradigma da escola rural.

Conclusão

Verificou-se a partir da pesquisa, a questão da educação do campo em um município no interior do Estado de Rondônia, situado em um território de vida e identidade campestre em torno do Vale do Guaporé. Contudo, constatou-se que o Estado tem negado o direito a educação em uma perspectiva crítica e emancipadora dos indivíduos. E isso é reflexo de uma política que perdura há séculos, desde a colonização portuguesa.

A colonização estabeleceu um modelo de produção, e esse modelo está vinculado a um tipo de sociedade que tem raízes históricas com a implantação dos latifúndios escravocratas, distribuição irregular de terras por meio das capitanias hereditárias e imposição da cultura europeia, silenciando a cultura dos povos indígenas e outras epistemologias existentes, como ocorreu em toda América Latina. Na história do Brasil, a terra foi sendo transformada em grande mercadoria e fator de exclusão social dos pobres.

Essa estrutura culmina em um cenário de pobreza que se perpetua. A propriedade é concentrada nas mãos de poucos, enquanto os povos indígenas, negros, remanescentes de quilombolas, e, também, os camponeses, desde o início da formação da sociedade, são escravizados e explorados pelos proprietários dos grandes latifúndios. Nesse contexto, o modelo de escola vai

sendo construído para atender a agroexportação, uma educação rural, desvinculada das práticas e saberes dos que vivem em assentamentos, em áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, povos do campo de modo geral, e seu universo de saberes locais, linguagem, cultura e identidade silenciadas. Firma-se o paradigma de uma educação rural, excluindo a grande massa de trabalhadores.

Nesse sentido, considera-se que os resultados apontados, cuja realidade educacional das escolas no município de São Francisco do Guaporé está centrada no paradigma da educação rural, trata-se de um reflexo da forma com que se constituiu a história da educação brasileira, peculiarmente a história da educação voltada aos povos do campo.

À luz disso, para construir uma política de educação do campo, é preciso valorizar os sujeitos, as territorialidades e distintos espaços. Assim, sugere-se que o atual cenário possa ser transformado por meio de políticas públicas que promovam o protagonismo dos sujeitos, fazendo a mudança do atual modelo educacional para uma vertente emancipadora.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição que apoia o PPGECH/UFAM.

Referências

ANDRADE, LBP. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853.pdf>. Acesso em: 11 de out. de 2021.

BICALHO, Ramofly; MACEDO, Pedro Clei Sanches; RODRIGUES, Guilherme Goretti. Políticas públicas de educação do campo: reflexões sobre o Pronacampo. ReDIPE: **Revista diálogos e perspectivas em educação**, Marabá, PA. 2020.

BEGNAMI, João Batista. **Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo**: possibilidades e limites do diálogo com a Pedagogia da Alternância. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2019.

DADOS gerais das escolas municipais. Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo- SEMECEL. 2021.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883>. Acesso em 13 de abr. de 2022.

GADOTTI, Moacir. "A dialética: concepção e método". In: **Concepção Dialética da Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. p. 15-38.

GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Rondônia (1970 - 1980)**: estudo da atual configuração fundiária da área do PIC Ji-Paraná. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, 2019.

IBGE. **População estimada em São Francisco do Guaporé no ano 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/sao-francisco-do-guapore/panorama>. Acesso em: 14 abr. 2022.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; RAMALHO, Bárbara Bruna Moreira; CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de. A educação como prática de liberdade: Uma perspectiva decolonial sobre a escola. **Educação em**

Revista, Dossiê Paulo Freire: O legado global, Belo Horizonte, v. 35, 2018.

MONTEIRO, Lucineide Rodrigues. **Cultura e territorialidade Quilombola nas comunidades de Forte Príncipe da Beira & de Santa Fé**. 2013. 127 fls. Dissertação de Mestrado - (Mestrado em Letras- Línguas Vernáculas) - Programa de Pós - Graduação em Letras. UNIR, Porto Velho/RO. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/538>. Acesso em: 13 abr. 2022.

IBGE. **População estimada em São Francisco do Guaporé no ano 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/sao-francisco-do-guapore/panorama>. Acesso em: 14 abr. 2022.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva *et al.* Nucleação de Escolas do Campo: Conflitos entre formação e desenraizamento. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/gQ3Yj75WDy9cKTRm4dwqjpj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2021.

RONDÔNIA. Mapa do Estado de Rondônia. Portal do governo de Rondônia, 2018. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/ciclo-de-reunioes-vai-consolidar-divisao-politico-administrativa-dos-municipios-de-rondonia/>. Acesso em: 8 jan. 2021.

RONDÔNIA. Mapa do Vale do Guaporé. Caderno territorial Vale do Guaporé-RO. Elaboração: CGMA/SDT/MDA, 2015.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0034.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

Recebido em 18 de novembro 2022.

Aceito em 12 de janeiro de 2023.